



MULHER NEGRA COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA: REFLEXÕES SOBRE COSMOPERCEÇÃO DE OYÈRÓNKÉ OYĒWÙMÍ E INTERSECCIONALIDADE

Maylla Monnik Rodrigues de Sousa Chaveiro¹
Universidade Federal da Bahia, PPGNEIM, Salvador, BA, Brasil.

Márcia Aparecida dos Santos²
Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG, Brasil.

Carine Campos Santos³
Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG, Brasil.

Resumo: O objetivo deste artigo é refletir acerca das potencialidades de Dandara, uma mulher negra com deficiência visual, graduanda do curso de psicologia em universidade de MG. Trata-se de um estudo qualitativo de caráter exploratório, embasado no conceito de cosmopercepção de Oyèrónké Oyĕwùmí e no conceito de interseccionalidade de Patricia Hill Collins. Como procedimento foi realizada uma entrevista semiestruturada com questões sobre identidade étnico-racial, deficiência visual, gênero e as vivências na universidade. Em um primeiro momento, apresentamos as narrativas de Dandara evidenciando suas resistências simultâneas ao racismo, capacitismo, machismo e às opressões elitistas do ambiente acadêmico eurocentrado. Em

¹ Maylla Chaveiro é Omo, Obìnrin tí Òṣàlúfón. Professora Visitante pela PPGNEIM na Universidade Federal da Bahia (UFBA). É pós-doutoranda pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Possui pós-doutorado pelo Programa de Fronteiras e Direitos Humanos pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Doutora pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestra e Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Desenvolve pesquisas sobre Psicologia Africana, Afrodiaspórica e Afro-Indígena. E-mail: maylla.chaveiro@gmail.com. ORCID <https://orcid.org/0000-0001-7581-105X>

² Márcia Santos é psicóloga pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia do Ensino e da Aprendizagem. E-mail: marciaaparecidasantos5544@gmail.com. ORCID <https://orcid.org/0009-0009-4285-5385>

³ Carine Campos Santos é psicóloga e mestra em psicologia pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Dedicar-se a pesquisar sobre relações raciais e interseccionalidades. E-mail: carinecampos.santos@yahoo.com. ORCID <https://orcid.org/0000-0003-0758-6916>



seguida, abordamos as reflexões sobre cosmopercepção yorubá de Oyèrónké Oyěwùmí e o conceito de interseccionalidade de Patricia Hill Collins. A descolonização do conhecimento científico perpassa experiências de mulheres negras com deficiência visual, simbolizando potência, pluriversalidade e resistência às estruturas de opressão, nos mostrando como experienciar o mundo por meio dos sentidos que não sejam a visão. Elas acessam uma condição existencial de preciosas percepções, abrindo caminhos para incorporar o invisível e descolonizar subjetivamente.

Palavras-Chave: mulher negra; deficiência visual; cosmopercepção; interseccionalidade.

BLACK WOMAN WITH VISUAL IMPAIRMENT IN PSYCHOLOGY: REFLECTIONS ON COSMOPERCEPTION BY OYÈRÓNKÉ OYĚWÙMÍ AND INTERSECTIONALITY BY PATRICIA HILL COLLINS

Abstract: The objective of this article is to reflect on the potential of Dandara, a black woman with visual impairment, graduating from the psychology course at the university of MG. This is a qualitative study of an exploratory nature, based on Oyèrónké Oyěwùmí's concept of cosmoperception and Patricia Hill Collins' concept of intersectionality. As a procedure, a semi-structured interview was carried out with questions about ethnic-racial identity, visual impairment, gender and experiences at university. Firstly, we present Dandara's narratives, highlighting his simultaneous resistance to racism, ableism, machismo and the elitist oppressions of the Eurocentric academic environment. Next, we address Oyèrónké Oyěwùmí's reflections on Yoruba cosmoperception and Patricia Hill Collins' concept of intersectionality. The decolonization of scientific knowledge permeates the experiences of black women with visual impairments, symbolizing power, pluriversality and resistance to structures of oppression, showing us how to experience the world through senses other than vision. They access an existential condition of precious senses, opening paths to incorporate the invisible and decolonize subjectively.

Keywords: black woman; visual impairment; cosmoperception; intersectionality.

MUJER NEGRA CON DISCAPACIDAD VISUAL EN PSICOLOGÍA: REFLEXIONES SOBRE LA COSMOPERCEPCIÓN POR OYÈRÓNKÉ OYĚWÙMÍ Y LA INTERSECCIONALIDAD POR PATRICIA HILL COLLINS

Resumen: El objetivo de este artículo es reflexionar sobre el potencial de Dandara, una mujer negra con discapacidad visual, graduada de la carrera de psicología de la universidad de MG. Se trata de un estudio cualitativo de



carácter exploratorio, basado en el concepto de cosmopercepción de Oyèrónké Oyěwùmí y el concepto de interseccionalidad de Patricia Hill Collins. Como procedimiento se realizó una entrevista semiestructurada con preguntas sobre identidad étnico-racial, discapacidad visual, género y experiencias en la universidad. En primer lugar, presentamos las narrativas de Dandara, destacando su resistencia simultánea al racismo, el capacitismo, el machismo y las opresiones elitistas del entorno académico eurocéntrico. A continuación, abordamos las reflexiones de Oyèrónké Oyěwùmí sobre la cosmopercepción yoruba y el concepto de interseccionalidad de Patricia Hill Collins. La descolonización del conocimiento científico impregna las experiencias de las mujeres negras con discapacidad visual, simbolizando el poder, la pluriversalidad y la resistencia a las estructuras de opresión, mostrándonos cómo experimentar el mundo a través de otros sentidos además de la visión. Acceden a una condición existencial de sentidos preciosos, abriendo caminos para incorporar lo invisible y descolonizar subjetivamente.

Palabras-clave: mujer negra; discapacidad visual; cosmopercepción; interseccionalidad.

FEMME NOIRE AVEC DÉCISION VISUELLE EN PSYCHOLOGIE: RÉFLEXIONS SUR LA COSMOPECEPTION PAR OYÈRÓNKÉ OYĚWÙMÍ ET L'INTERSECTIONNALITÉ PAR PATRICIA HILL COLLINS

Résumé: L'objectif de cet article est de réfléchir sur le potentiel de Dandara, une femme noire malvoyante, diplômée du cours de psychologie à l'université de MG. Il s'agit d'une étude qualitative de nature exploratoire, basée sur le concept de cosmoperception d'Oyèrónké Oyěwùmí et le concept d'intersectionnalité de Patricia Hill Collins. En guise de procédure, un entretien semi-structuré a été réalisé avec des questions sur l'identité ethnique et raciale, la déficience visuelle, le sexe et les expériences universitaires. Premièrement, nous présentons les récits de Dandara, soulignant sa résistance simultanée au racisme, au capacitisme, au machisme et aux oppressions élitistes de l'environnement universitaire eurocentrique. Nous abordons ensuite les réflexions d'Oyèrónké Oyěwùmí sur la cosmoperception yoruba et le concept d'intersectionnalité de Patricia Hill Collins. La décolonisation des connaissances scientifiques imprègne les expériences des femmes noires déficientes visuelles, symbolisant le pouvoir, la pluriversalité et la résistance aux structures d'oppression, nous montrant comment expérimenter le monde à travers des sens autres que la vision. Ils accèdent à une condition existentielle de sens précieux, ouvrant des voies pour incorporer l'invisible et décoloniser subjectivement.



Mots-clés: femme noire; déficience visuelle; cosmoperception; intersectionnalité.

INTRODUÇÃO

As experiências de mulheres negras com deficiência visual na sociedade brasileira são complexas e simbolizam a potência, a pluriversidade e a resistência às estruturas de exclusão e de opressão, tais como o capacitismo, racismo, machismo, lgbtfobia, xenofobia e desigualdade social. O capacitismo é a discriminação, preconceito ou estigmatização contra pessoas com deficiência. Envolve a crença de que as pessoas com deficiência são inferiores ou menos capazes do que aquelas sem deficiência, levando a tratamentos injustos e exclusão social. De acordo com Anahí Guedes de Mello (2016a):

No caso do capacitismo, ele alude uma postura preconceituosa que hierarquiza as pessoas em função da adequação dos seus corpos à corponormatividade. É uma categoria que define a forma como as pessoas com deficiência são tratadas de modo generalizado como incapazes (incapazes de produzir, de trabalhar, de aprender, de amar, de cuidar, de sentir desejo e ser desejada, de ter relações sexuais etc.), aproximando as demandas dos movimentos de pessoas com deficiência a outras discriminações sociais, como o sexismo, o racismo e a homofobia. Essa postura advém de um julgamento moral que associa a capacidade unicamente à funcionalidade de estruturas corporais e se mobiliza para avaliar o que as pessoas com deficiência são capazes de ser e fazer para serem consideradas plenamente humanas” (MELLO, 2016a: 3272).

Romper com a lógica do capacitismo em perspectiva interseccional, considerando a ancestralidade africana, no caso de pessoas negras com deficiência, é fundamental e requer conscientização, educação, políticas públicas e ações práticas. Também é importante desafiar estereótipos sobre pessoas com deficiência buscando mudar mentalidades através destas



análises complexas, questionando preconceitos internalizados e desafiando estereótipos pré-estabelecidos.

Na esteira desta análise, Masini (2003) elucida sobre a importância de considerar as percepções subjetivas de pessoas com deficiência, experiências essas que fogem dos padrões de aprendizagem feitos para os videntes, assim como pode ser representado no relato de sobre seu modo de aprendizagem e suas estratégias ao longo de sua formação profissional.

Para compreender a pessoa com deficiência e sua maneira de se relacionar no mundo que a cerca, cumpre considerar sempre suas estruturas perceptual e cognitiva, que exprimem ao mesmo tempo generalidade e especificidade (o conteúdo, a forma e a dialética entre ambas). O ponto de partida é, pois, saber de sua experiência perceptiva (MASINI, 2003, p. 3).

Desse modo, defendemos neste artigo que o aprendizado através das percepções ocorre a partir do corpo como um modo integrado e completo de adquirir experiências e conhecimento, independentemente do tipo de deficiência que o indivíduo possua, uma vez que a ciência também pode ser produzida a partir de sentidos subjetivos -pensar, sentir e agir- desses indivíduos. Reforçamos, neste estudo, que a experiência perceptiva, intrinsecamente corporal e encarnada, emerge da relação dinâmica estabelecida entre o corpo e o mundo, compreendido como um campo de forças e significações, e não como resultado da simples soma ou associação de estímulos provenientes dos órgãos dos sentidos. Nessa perspectiva, o corpo é concebido em sua totalidade relacional, constituindo-se como um centro vivo de experiências, significados e produção de sentidos em constante interação com o ambiente que o circunda.

Ademais, o capacitismo não opera de forma isolada, mas se articula a múltiplos sistemas de opressão historicamente constituídos. Nesse contexto, o racismo estrutural manifesta-se por meio de mecanismos sociais, políticos, econômicos e institucionais que privilegiam a população branca e produzem



desigualdades sistemáticas para pessoas negras e indígenas, impactando suas condições de acesso a direitos, oportunidades e reconhecimento social. Como discutido por Neusa Santos Souza (2021), são diversos os impactos causados pelo racismo nas vivências desses povos, sendo eles desde sociais, a psicológicos e emocionais. Ao relacionar capacitismo, colonialidade e epistemicídio, ampliamos a compreensão das múltiplas formas de exclusão que atravessam as experiências das pessoas com deficiência. Nessa direção, destacamos a importância de perspectivas contracoloniais capazes de questionar os pressupostos que sustentam as hierarquias corporais e cognitivas na sociedade contemporânea. Como argumenta Maylla Chaveiro:

Voltamos nossos esforços neste texto (e na vida), para expor perspectivas cognitivas contracoloniais imprescindíveis que fortaleçam a luta anticapacitista que rompa também com os moldes coloniais e eurocentrados. Ora, se o capacitismo é um produto da colonialidade, torna-se urgente que a contracolonialidade se instaure enquanto um marco para pensarmos em inclusão de pessoas com deficiência nesta sociedade alicerçada em valores ocidentais e epistemicidas (CHAVEIRO, 2024b).

Segundo a filósofa Sueli Carneiro (2005), o racismo tem sido um instrumento operacional o qual contribui fortemente para a consolidação das hierarquias raciais produzidas pelo próprio epistemicídio, ou seja, a produção de conhecimento científico pautado em práticas eurocêntricas, causando a morte de conhecimentos das culturas não brancas. Grada Kilomba (2020, p. 50), psicóloga e intelectual, afirma que os conceitos de conhecimento e erudição estão intrinsecamente relacionados ao poder e autoridade racial, de modo que os ambientes acadêmicos não são neutros, é um espaço de privilégio branco, capacitista e heteronormativo.

Assim, faz-se importante discutir esses aspectos aqui considerando o atravessamento racial que todas as pessoas passam no Brasil, e os aspectos interseccionais os quais cada pessoa é submetida. Nesse sentido,



compreende-se que uma mulher negra, adulta, com deficiência, é atravessada por questões muito subjetivas e que precisam ser conhecidas a fim de evitar violências e promover espaços que potencializem suas habilidades e especificidades. Segundo Maylla Chaveiro em seu artigo sobre inclusão de pessoas negras com deficiência (2024b):

o racismo estrutural e o capacitismo estão tão cristalizados no tecido social, que suas dinâmicas de opressão se tornam naturalizadas na sociedade brasileira. Sendo assim, em função das consequências da articulação entre racismo e capacitismo, há poucos pesquisadores, políticos, professores, juízes, médicos, que sejam pessoas com deficiência e negros/indígenas. Considerando que as elaborações epistemológicas e metodológicas, as quais possam embasar políticas públicas de inclusão para pessoas negras e indígenas com deficiência, são produzidas em sua maioria por pesquisadores brancos e sem deficiência, faz-se necessário pensar sobre os alcances e limites a partir da noção de lugar de fala (CHAVEIRO, 2024b).

Quanto à metodologia deste artigo, desenvolvemos um estudo descritivo a partir de um modelo qualitativo, a qual se aprofunda no mundo dos significados das ações e relações humanas, além de conseguir entrelaçar marcos teórico-metodológicos com a realidade empírica (MINAYO, 2010). Em relação às técnicas e instrumentos utilizados para as pesquisas qualitativas, o presente estudo se utilizou de observação participante e de entrevista semiestruturada. Foi realizada uma entrevista com Dandara⁴, uma mulher negra com deficiência visual, de baixa renda e com 46 anos. A partir de um roteiro previamente elaborado com questões abertas, essa ferramenta da entrevista foi escolhida como forma de promover melhor espaço de expressão das experiências de Dandara, dando ênfase na relevância de suas percepções (MASINI, 1994) enquanto mulher negra, PcD, não-jovem, de classe baixa e

⁴ Nome fictício que adotaremos para referir às respostas da entrevistada.



discente em uma instituição pública de ensino superior em uma perspectiva interseccional.

As experiências narradas por Dandara na entrevista foram interpretadas por meio dos conceitos: 1) de cosmopercepção apresentada pela socióloga Oyèrónké Oyěwùmí (2021), e 2) por meio da ferramenta teórico-metodológica da interseccionalidade cunhada por Kimberlé Crenshaw (1989, 2002), ativista negra estadunidense e advogada defensora dos direitos humanos, em especial, dos direitos das mulheres em escala global; bem como da noção de interseccionalidade de Patricia Hill Collins. Nesse sentido, tal pesquisa configura-se como interdisciplinar, pois há um exercício em promover um diálogo entre tais conceitos, os quais ocupam campos científicos distintos, a fim de analisar os relatos trazidos por Dandara e de alcançar novos paradigmas pluriversais.

De acordo com Gaudêncio Frigotto (2008), a interdisciplinaridade não é meramente uma questão de método de investigação ou de aplicação de alguma técnica, mas instaura-se primordialmente como uma necessidade na medida em que decorre da própria condição humana de afetar a realidade e de ser afetado pelas próprias transformações que produziu. Segundo a perspectiva do autor, as pessoas buscam incessantemente satisfazer suas necessidades que são múltiplas e contextualizadas historicamente. Assim, a natureza de tais necessidades caracteriza as mais diversas relações sociais. Nesse sentido, se o papel das ciências humanas é de compreender e explicar a produção da existência social, torna-se necessário buscar a totalidade explicitando os múltiplos fatores que permeiam o objeto e a historicidade que o constitui.

Sendo assim, a partir de uma interpretação interdisciplinar e interseccional, esse artigo evidencia a ideia de que as pessoas com seus corpos singulares potencializam todos os sentidos, indo além da supremacia



da visão. Pretende-se aqui focar na grandeza ancestral de Dandara, uma mulher negra com deficiência visual, de baixa renda e não jovem, como modo de driblar a intersecção das múltiplas opressões como o capacitismo, racismo, machismo, lgbtfobia, xenofobia e desigualdade social.

O foco deste trabalho foi a construção de uma narrativa de potencialidades sobre as conquistas de Dandara, ou seja, mesmo tendo consciência das armadilhas coloniais sobre nossa subjetividade negra, o objetivo foi fortalecer os discursos de autonomia e emancipação enquanto uma estratégia contracolonial e não dar protagonismo às opressões. A música AmarElo de Emicida nos conduz a esse caminho:

Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Elas são coadjuvantes
Não, melhor, figurantes que nem devia tá aqui
Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Tanta dor rouba nossa voz, sabe o que resta de nós?
Alvos passeando por aí
Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Se isso é sobre vivência, me resumir à sobrevivência
É roubar o pouco de bom que eu vivi
Por fim, permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Achar que essas mazelas me definem é o pior dos crimes
É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nóiz sumir
(AmarElo – Emicida, Majur e Pablllo Vittar [2019])

Assim, não miramos nas inúmeras cicatrizes ocasionadas pelas opressões, mas sim nas potencialidades que podem ser expressas ao mundo. Para isso, basearemos nossa análise nas categorias de cosmopercepção, interseccionalidade e ancestralidade africana para abordar a complexidade das experiências de mulheres negras com deficiência visual em um contexto colonizado e eurocentrado, como o brasileiro. Ao adotarmos uma abordagem afrocentrada da deficiência, reconhecemos que a colonialidade em uma sociedade capacitista apresenta limitações significativas, pois negligencia a vastidão e a capacidade das mulheres negras com deficiência. A ideologia de supremacia racial eurocêntrica costuma interpretar a deficiência como uma



restrição. No entanto, uma análise afrocentrada da realidade vivida por mulheres negras com deficiência visual nos possibilita acessar como uma condição existencial dotada de saberes e preciosos sentidos. Essa é uma forma de abrir caminhos para descobrir novos significados e incorporar o invisível para a descolonização de espaços acadêmicos.

ENTREVISTA COM DANDARA: AFLORANDO OS SENTIDOS E REINVENTADO MODOS DE VIVER

Como procedimento de coleta de dados foi realizada uma entrevista semiestruturada composta de questões relacionadas: 1) à constituição da identidade étnico-racial, de gênero e em relação à deficiência visual; e 2) à formação profissional em psicologia. As questões buscaram compreender as experiências nos diferentes momentos da vida como na infância, no ensino fundamental e no ensino superior, com ênfase nas potencialidades e desafios encontrados neste último período. A entrevista nos possibilitou construir um relato acerca dos estudos da deficiência a partir da lente de interseccionalidade entre gênero e raça/etnia. Adotaremos o nome fictício de 'Dandara' para a entrevistada. Dandara é uma mulher negra, adulta de 46 anos, solteira, com deficiência visual e estudante de psicologia em uma universidade pública do interior de Minas Gerais.

1) Você poderia nos contar brevemente sobre sua história de vida?

Dandara: Nasci em Minas Gerais, e aos 4 anos fui diagnosticada com má formação congênita visual, condição essa que fez com que eu me adequasse e reinventasse meu modo de viver a vida, pois a deficiência aflorou meus outros sentidos, o que facilita muito o meu cotidiano. Atualmente resido em uma cidade do interior de Minas, faço a curso superior de Psicologia e passei a



entender, de forma mais apurada, alguns fatores que podem afetar direta ou indiretamente a vida dos indivíduos.

2) Como é ser uma mulher negra e PcD no curso de Psicologia?

Dandara: Para mim, ser uma mulher negra e PcD não é defeito, é uma honra porque quando você adota o que tem, vai ser para vida toda. É muito importante ter ciência da sua raça/condição de saúde e do mundo em que vive para não ter confusões, não ficar iludida com coisas que não tem no seu contexto. Geralmente, quem vê defeitos são as outras pessoas, principalmente se você não tem um poder aquisitivo alto. Quando cheguei na universidade foi difícil, mas agora todos me acolhem e os professores têm mais conhecimento sobre a minha deficiência - desde que cheguei, outros alunos com deficiência adentraram o curso de psicologia e com eles a universidade também tem entrado nos eixos.

3) Quais os maiores desafios que você enfrenta em seu cotidiano enquanto estudante de Psicologia?

Dandara: No começo o meu desafio foi fazer alguns dos docentes entenderem que as minhas necessidades eram diferentes dos outros alunos, que se eles apontassem com as mãos eu não iria entender. Também tiveram dificuldade de enviar os materiais para adaptação. Atualmente, eles já sabem que eu possuo deficiência, que eu irei passar pela disciplina deles e que quando isso acontecer, precisarão tomar as providências para auxiliar no meu aprendizado.

4) Em sua opinião, quais são as maiores limitações do curso de Psicologia em relação ao acolhimento de PcDs?

Dandara: Quando adentrei a universidade os docentes não compreendiam que a pessoa com baixa visão possui um comprometimento significativo, diante disso, eles não sabiam que os materiais tinham que ser adaptados, e alguns dos professores até viravam as costas e não me ajudavam na aquisição dos meus direitos. Segundo os meus conhecimentos sobre os direitos das PcDs, eu



já trazia comigo que possuía na universidade um núcleo de acessibilidade e que nesse local eu conseguiria apoio, então após a minha vinda, eles se prontificaram para instruir e amparar os professores para trabalharem com pessoas como eu, com alguma deficiência, já que eles não estavam acostumados. Atualmente eles já conseguem passar para mim o aprendizado necessário.

5) Em sua opinião, quais são as maiores limitações do curso de Psicologia em relação ao acolhimento de pessoas negras?

Dandara: Para mim, a universidade é muito branca e elitizada, então para alguns profissionais da psicologia a universidade serve apenas para essas pessoas, como se pessoas negras não pudessem estar aqui e não tivéssemos os mesmos direitos. Por outro lado, alguns dos profissionais apoiam nossa presença e com o passar do tempo a nossa inserção tende a crescer, reduzindo o preconceito.

6) O que mais te motiva e te ajuda em suas lutas diárias?

Dandara: O que mais me motiva é a vontade de adquirir conhecimento e estudar para conquistar o meu diploma.

7) Você pretende se inserir em qual área de atuação na psicologia e qual abordagem teórica?

Dandara: Pretendo trabalhar com pessoas com deficiência ou na área hospitalar, em relação à abordagem teórica ainda não me decidi, gosto muito de TCC^{5[3]} e Avaliação Psicológica.

8) Quais foram seus maiores desafios na etapa de atendimentos clínicos?

Dandara: No início, atender sozinha foi um dos meus desafios, pois quando estava na disciplina anterior a monitora me acompanhava. Hoje consigo lidar com esse “medo” e acredito que esteja sendo bom, pois a minha paciente está sempre presente e aparenta gostar. Outro desafio é o de fazer os relatos da

⁵ Terapia Cognitivo Comportamental é uma das abordagens psicológicas que estuda o comportamento humano.



sessão, pois não tem local privado e apropriado para isso, uma vez que compartilho as sessões com uma monitora que me dá suporte e sem privacidade, pode-se causar quebra de sigilo.

9) Quais foram as experiências mais potentes do processo de estágio na clínica?

Dandara: A minha experiência mais potente foi que minha paciente toda semana chegava com um assunto diferente, trazendo informações que eu possuía conhecimento, mas não sabia como agir de imediato, porém, na semana seguinte, através dos meus estudos eu conseguia levar soluções.

10) Se você pudesse mudar algo na psicologia, o que seria?

Dandara: Se pudesse mudar algo da psicologia, levaria o desejo de diminuir a carga horária teórica e aumentar as práticas, para maior aquisição de conhecimento.

11) O que você mudaria na sociedade?

Dandara: Mudaria a forma com que as pessoas olham para o próximo para uma maneira que fossem respeitosos e tivessem humanismo. Hoje em dia elas diminuíram o amor e passaram a ter preconceitos. Gostaria que tivessem empatia, respeito e companheirismo.

COSMOPERCEÇÃO DE OYÈRÓNKÉ OYĚWÙMÍ: FECHANDO OS OLHOS OCIDENTAIS E EXPANDINDO NOSSOS SENTIDOS ANCESTRAIS

A pesquisadora nigeriana Oyèrónké Oyěwùmí é professora de sociologia da Universidade de Stony Brook em Nova York, nos Estados Unidos, e desenvolve um trabalho de pesquisa interdisciplinar nas áreas de sociologia de gênero e conhecimento, estudos africanos, estudos pós-coloniais e modernidades. Seu primeiro livro: *The Invention of Women: Making an African Sense of Western Gender Discourses* (A Invenção de Mulheres: Uma Perspectiva Africana para os Discursos Ocidentais de Gênero) equivale à publicação de sua tese de doutorado de 1997, a qual foi premiada por realizar uma interessante



discussão conceitual acerca da distinção na categoria de gênero e sexualidade⁶.

Nesta obra, Oyèrónkẹ Oyěwùmí aborda a seguinte tese: “a lógica cultural das categorias sociais ocidentais é baseada em uma ideologia do determinismo biológico: a concepção de que a biologia fornece a base lógica para a organização do mundo social. Assim, essa lógica cultural é, na realidade, uma *bio-lógica*” (2021: 15-16). Para tal, apresenta aspectos das bases epistemológicas tanto da cultura Yorùbá, como da cultura ocidental. Isso porque, segundo a autora, é somente após expor e compreender as conjecturas das duas tradições de pensamento que se torna possível estabelecer um debate e confronto entre os discursos.

A análise de Oyěwùmí parte de um sentido africano autêntico para a compreensão crítica de categorias conceituais da sociedade ocidental. De acordo com a autora, a criação, constituição e produção de conhecimento em Estudos Africanos têm permanecido sobre a prerrogativa do Ocidente (OYĚWÙMÍ, 2021), e, por esse motivo, sua pesquisa assume uma postura contrária em relação à preponderância da epistemologia ocidental para a construção de conhecimento em Estudos Africanos. Em outros termos, podemos afirmar que a natureza da investigação proposta por Oyěwùmí tem sua ontologia, metafísica e ética centradas em um sentido africano de mundo.

De acordo com Oyěwùmí, no ocidente, o corpo é a pedra angular em que se funda a ordem social, pois “a razão pela qual o corpo tem tanta presença no ocidente é que o mundo é percebido principalmente pela visão” (2021, p. 28).

⁶ A pesquisa de Oyěwùmí também aborda reflexões acerca da problematização da categoria *mulher* enquanto uma noção naturalizada, pois este é considerado um tema importado do ocidente que na tentativa de sobrepô-lo à realidade africana Yorùbá, ele torna-se deslocado. A pesquisadora apresenta argumentos propondo que a categoria *mulher*, fundamental nos discursos ocidentais de gênero, não existia no território Yorùbá antes da invasão ocidental (OYĚWÙMÍ, 2021).



Ou seja, em comparação com a sociedade Yorùbá, a importância concedida ao sentido da visão é preponderante para o ocidente e esse fato fundamenta sistemas de opressão como o capacitismo, o racismo, e o machismo. Isto porque, segundo a autora, quando as pessoas no ocidente priorizam o ato de ver, há a diferenciação de pessoas em função de sexo, cor de pele, cor dos olhos, e tal dinâmica contribui para a hierarquização de pessoas e grupos sociais. Assim, os corpos em suas diferentes características físicas permanecem em constante exposição na cultura ocidental, a qual prioriza a visão em relação aos outros modos de sentir e perceber o mundo:

A razão pela qual o corpo tem sido tão relevante no Ocidente é que o mundo é percebido antes de tudo pela visão. A diferenciação dos corpos humanos em termos de sexo, cor da pele e tamanho craniano atesta os poderes atribuídos ao "ver". O olhar é um convite para diferenciar. Distintas abordagens para contemplar a realidade, então, sugerem diferenças epistemológicas entre as sociedades (...) O termo "cosmovisão" que é usado no Ocidente para resumir a lógica cultural de uma sociedade, capta o privilégio ocidental do visual. É eurocêntrico usá-lo para descrever culturas que podem privilegiar outros sentidos. O termo "cosmopercepção" é uma maneira mais inclusiva de descrever a concepção de mundo por diferentes grupos culturais (OYĒWÙMÍ, 2021, p. 29).

Considerando que o termo cosmovisão privilegia o pensamento ocidental de mundo, a autora sugere que seja utilizado o termo cosmopercepção a fim de ampliar as possibilidades de sentidos de mundo a fim de contemplar culturas não-ocidentais e se distanciar de uma perspectiva eurocêntrica. Sendo assim, as sensações múltiplas são consideradas e integradas como potentes modos de experienciar a vida.

Frequentemente, remete-se à deficiência visual como algo que dificulta a vida da pessoa, porém, o que Dandara afirma, é que "*a deficiência aflorou meus outros sentidos, o que facilita muito o meu cotidiano*". Aflorar os sentidos pode referir-se a despertar ou intensificar os sentidos, ou seja, tornar-se mais



consciente e receptivo às sensações ao redor, permitindo uma conexão mais profunda com o mundo, muitas vezes resultando em experiências mais ricas e gratificantes. É uma maneira de viver no presente e saborear os detalhes que muitas vezes passam despercebidos. Nesse sentido, uma estudante de psicologia com seus sentidos aflorados consegue perceber melhor as sutilezas das experiências humanas, estando melhor preparada para acolher e conduzir intervenções que não sejam limitadas pelo sentido da visão. Assim, a cosmopercepção torna-se um importante processo que sustenta a descolonização de subjetividades na universidade. Sobre esta discussão, Anahí Guedes de Mello afirma o seguinte:

Desse modo, “esquece-se” que as pessoas com deficiência podem desenvolver outras habilidades não agregadas à sua incapacidade biológica (não ouvir, não enxergar, não andar, não exercer de forma plena todas as faculdades mentais ou intelectuais, etc.) e serem socialmente capazes de realizar a maioria das capacidades que se exige de um “normal”, tão ou até mais que este (MELLO, 2016a, p. 3272).

Para Oyěwùmí, é fundamental desnaturalizar as construções ocidentais como universais, problematizando o uso acrítico dessas categorias baseadas no corpo para interpretar as experiências das pessoas, ou seja, não considerando suas singularidades. Segundo a autora: “o raciocínio corporal e a *bio-lógica* que derivam do determinismo biológico inerente ao pensamento ocidental foram impostas às sociedades africanas” (2021, p. 17). Isso nos leva a refletir acerca das experiências de Dandara, uma mulher negra com deficiência visual em um espaço acadêmico eurocentrado. A produção de cosmopercepção por Dandara pode ter sido invalidada, diminuída e sua condição existencial notada como inferior.

O desenvolvimento de uma mulher negra com deficiência visual em um sistema racista, capacitista, machista, elitista, e colonial tem muitas peculiaridades que precisam ser conhecidas e consideradas. É importante



perceber que a deficiência visual só produz limitações e obstáculos porque a sociedade é alicerçada por uma ontologia que prioriza as experiências do ver e não do sentir. Neste cenário orientado pela ideologia da supremacia racial branca enquanto modelo epistêmico, é urgente a construção de conhecimento que articule as múltiplas experiências, retirando mulheres negras com deficiência visual da marginalidade.

Por fim, defendemos nesta seção que no embate entre cosmovisão *versus* cosmopercepção, todas as pessoas ganham mais com a preponderância da cosmopercepção. Isto porque ela abarca a pluralidade na produção do conhecimento e a diversidade cultural para a edificação de uma sociedade anticapacitista, antirracista e antimachista. Desse modo, as contribuições históricas e filosóficas do povo africano em diáspora, sua sabedoria ancestral e suas múltiplas linguagens corporais e sensitivas precisam ser reconhecidas para o avanço dos estudos no campo das deficiências e no combate ao capacitismo no Brasil.

VIVÊNCIAS DE DANDARA EM PERSPECTIVA INTERSECCIONAL: CONTRIBUIÇÕES DE PATRICIA HILL COLLINS

A interseccionalidade é uma ferramenta conceitual e metodológica bastante utilizada na área das ciências humanas no que tange às discussões sobre justiça social e igualdade de direitos frente à diversidade de identidades sociais. O conceito de interseccionalidade é polissêmico, se insere em um campo teórico híbrido delimitado a partir de diferentes compromissos políticos e epistemológicos (CHAVEIRO, 2023). O conceito de interseccionalidade foi cunhado por Kimberlé Crenshaw, em seu ensaio de 1989, “Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination



Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics”. Neste estudo, a autora analisou o modo como múltiplas opressões podem ser vivenciadas.

Neste texto, iremos abordar o conceito de interseccionalidade formulado por Patricia Hill Collins, professora universitária de Sociologia da Universidade de Maryland, College Park, pesquisando sobre questões de raça, pensamento feminista e teoria social. Em 2009, foi a primeira mulher negra a presidir a Associação Americana de Sociologia. Patricia nasceu em 1948 na Filadélfia, Estados Unidos e deixou a Filadélfia em 1965 para cursar a faculdade na Universidade de Brandeis em Waltham, Massachusetts, onde se formou em sociologia. Em 1990, Collins publicou seu primeiro livro, intitulado: “Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment”.

Segundo Patricia Hill Collins, interseccionalidade é uma maneira de analisar a complexidade existente no mundo e nas experiências das pessoas: “A interseccionalidade se presta a ser uma ferramenta analítica para resolver problemas que elas próprias ou gente próxima tem a enfrentar” (COLLINS; BILGE, 2021). Nesse sentido, a interseccionalidade investiga as diversas formas de poder que compõem e alicerçam a complexidade das dinâmicas sociais em um contexto histórico-cultural específico. Nas palavras de Patricia Hill Collins:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária -entre outras-são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (COLLINS, 2021, p 15-16).

Considerando que este artigo versa sobre as experiências de Dandara, uma mulher negra, com deficiência visual, pessoa não-jovem, cursando



psicologia, torna-se importante elucidar, de maneira breve, a Lei de Cotas como medida legal e obrigatória de ação afirmativa com finalidade reparatória da sociedade brasileira. No Brasil, A Lei nº 12.711 de 2012, também conhecida como Lei de Cotas, determina que metade das vagas (50%) de instituições de ensino superior públicas devem ser destinadas a candidatos que estudaram os três anos do ensino médio na rede pública. Desde 2017, Pessoas com Deficiência (PcD) também compõem as vagas destinadas à Lei de Cotas. Conforme a Lei nº 13.409/2016, que alterou a Lei 12.711/2012 sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nas universidades, o número de vagas para estudantes PcD também deve ser determinado de acordo com a proporção de pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição. Neste cenário de fortalecimento de políticas públicas, as universidades brasileiras receberam um notável número de estudantes que sofriam muitas barreiras impeditivas para o acesso à academia. Desse modo, há um aumento de discentes que são pessoas com deficiência, pessoas negras, lésbicas, transexuais, pessoas pobres e subalternizadas historicamente. Sobre esse ponto, Patricia Hill Collins e Sirma Bilge apresentam a seguinte discussão sobre o contexto nos Estados Unidos:

A princípio, as faculdades estadunidenses recrutavam e atendiam a um grupo por vez, por exemplo, com programas especiais para grupos de origem afro-estadunidense e latina, mulheres, gays, lésbicas, ex-combatentes de guerra, que retomavam os estudos e pessoas com deficiência. À medida que a lista crescia, tornou-se evidente que essa abordagem de um grupo por vez era lenta e que a maioria se encaixava em mais de uma categoria. [...] Nesse contexto, a interseccionalidade pode ser uma ferramenta analítica útil para pensar e desenvolver estratégias de equidade nos campi. (COLLINS; BILGE, 2021, p.17)

Seguindo esse raciocínio, podemos compreender que a interseccionalidade é uma ferramenta analítica importante capaz de apontar soluções para problemas sociais. Desse modo, as relações de poder em uma



sociedade ocorrem de forma interseccional, em que os marcadores estão interconectados e as opressões são cruzadas. Por isso, torna-se fundamental desenvolver estratégias que consigam acessar a complexidade das vivências de opressão, a fim de promover justiça social.

Desse modo, a interseccionalidade reconhece que as categorias sociais não existem de forma isolada, mas se entrelaçam e influenciam mutuamente na experiência de uma pessoa na sociedade. Esse conceito é fundamental para compreender como as opressões sistêmicas e estruturais afetam as pessoas de formas distintas, uma vez que ao considerar a análise interseccional, reconhece-se que é preciso desafiar visões simplistas e unidimensionais da opressão, abrangendo a complexidade das experiências humanas e incentivando uma abordagem mais inclusiva e justa na luta por igualdade e justiça social. Assim, a partir da interseccionalidade também é possível observar, não apenas as singularidades das pessoas, mas também as dinâmicas das desigualdades sociais, pois essa ferramenta analisa as formas de violência e como elas afetam diferentemente cada ser. Como dito por Collins (2021) no trecho a seguir:

O uso da interseccionalidade como ferramenta analítica aponta para várias dimensões importantes do crescimento da desigualdade global. Primeiro, a desigualdade social não se aplica igualmente a mulheres, crianças, pessoas de cor, pessoas com capacidades diferentes, pessoas trans, populações sem documento e grupos indígenas. Em vez de ver as pessoas como uma massa homogênea e indiferenciada de indivíduos, a interseccionalidade fornece estrutura para explicar como categorias de raça, classe, gênero, idade, estatuto de cidadania e outras posicionam as pessoas de maneira diferente no mundo. Alguns grupos são especialmente vulneráveis às mudanças na economia global, enquanto outros se beneficiam desproporcionalmente delas (COLLINS, 2021, p. 33).

Nesse sentido, a interseccionalidade é uma práxis crítica capaz de focalizar as diferentes experiências e denuncia as vulnerabilidades de pessoas subalternizadas, a fim de fortalecer estratégias que permitam a equidade. A



estratégia interseccional desenvolvida proposta por Patricia Hill Collins se ampara na noção de matriz de dominação, a qual pode ser definida como sendo a organização social onde as opressões interseccionais têm origem e se desenvolvem (COLLINS, 2019, p. 368).

(...) a ideia de matriz de dominação se refere ao modo como essas opressões interseccionais são de fato organizadas. Independentemente das intersecções específicas em questão, domínios de poder estruturais, disciplinares, hegemônicos e interpessoais reaparecem em formas bastante diferentes de opressão (2019, p. 57).

Pensando assim, a resistência de mulheres negras atua diretamente sobre a matriz de dominação, de modo a desarticular o desenvolvimento das opressões interseccionais. O protagonismo em se pensar estas articulações pertence às mulheres negras em decorrência de suas próprias vivências, desse modo, torna-se imprescindível uma visão afrocêntrica (ASANTE, 2009) para guiar teoricamente tais encruzilhadas epistemológicas. Ou seja, a interseccionalidade é fruto da experiência de mulheres negras que vivenciam as fronteiras da marginalidade social, e sentem como as intersecções de opressões incidem sobre sua realidade no cotidiano.

Em relação às experiências de Dandara, há ainda a articulação de marcadores sociais como o etarismo, a classe social desprivilegiada e a deficiência. Em uma pesquisa de Anahí Guedes de Mello e Adriano Nuemberg visando discutir o entrelaçamento dos segmentos interseccionais, é trabalhado sobre a relação entre gênero e deficiência, afirmando a necessidade de se considerar outros aspectos que interferem na experiência de PcDs:

As ciências humanas e sociais em geral, e em particular os estudos feministas e de gênero, têm muito a ganhar ao se dedicar ao tema da deficiência, uma vez que os dispositivos e as significações sociais têm grande potencial de fazer esse campo científico avançar em seus temas mais fundamentais. ou seja, estudar a deficiência é tão importante para as ciências humanas e sociais quanto para os estudos feministas e de gênero, especialmente quando se considera a deficiência um fenômeno/experiência transversal a cada cultura, como o fazemos com



gênero, raça/etnia, classe, entre outras categorias (MELLO & NUERNBERG, 2012, p. 647).

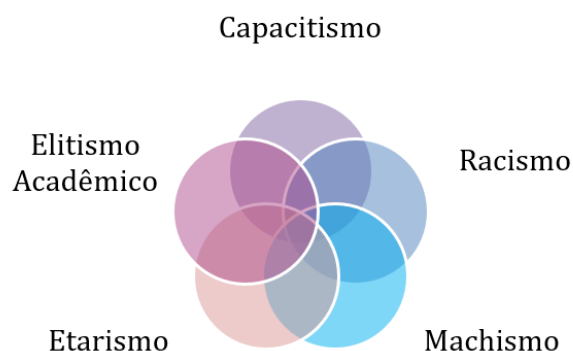
Desse modo, considerando os aspectos que tocam a experiência de Dandara, mulher, negra, com 46 anos, com deficiência visual e estudante do curso de psicologia, discutimos sobre os atravessamentos interseccionais causados em âmbitos sociais, desconsiderando o aspecto biomédico, conforme encontrado na maioria dos estudos no Brasil (MELLO & NUENBERG, 2012), mas focando nas interações sociais em determinados meios, tal como o acadêmico. Assim, as experiências de Dandara reforçam a relevância de manter no centro do debate novas narrativas desenvolvidas por pessoas com deficiência, no âmbito acadêmico e científico. Na esteira desta análise temos a seguinte discussão de Anahí Guedes de Mello e Gisele de Mozzi (2018):

A análise da deficiência a partir de uma perspectiva social, preocupada em refletir em torno da produção de verdades, discursos e práticas sociais sobre a deficiência, bem como o reconhecimento da autoridade do “lugar de fala” dos (- das) sujeitos(as) com deficiência, permitem-nos incluir a deficiência como uma categoria de análise indispensável às ciências humanas e sociais (MELLO; MOZZI, 2018, p. 19).

A interseccionalidade é um conceito fundamental na análise e compreensão das formas complexas de opressão e discernimento. Em outros termos, é necessário analisar o lugar social de Dandara em relação a cada categoria da interseccionalidade a fim de nos aproximarmos de sua experiência multidimensional. Dandara é uma mulher negra com deficiência visual, de baixa renda e com 46 anos, sendo uma mulher não jovem. Em função de tantos atravessamentos nos eixos de opressão em uma sociedade colonial, ela enfrenta uma luta diária de resistência (figura 1).



Figura 1: Eixos de opressão em perspectiva interseccional nas vivências de Dandara



Fonte: Elaboração Própria

Em relação aos atravessamentos raciais, tem-se o problema do racismo em que as relações político-sociais são interferidas pela hierarquia racial, de modo que isso se apresenta inclusive em âmbitos institucionais, consequentemente, no acesso à educação de qualidade. Além disso, no Brasil, não só o número de pessoas negras com acesso à educação básica é baixo, como é evidente que mulheres negras com deficiência são minoria nesses espaços, uma vez que, mesmo no baixo número de PcDs que acessam escolas de qualidade na infância e juventude, que possuem deficiência visual em sua maioria são homens brancos nesses espaços (PEREIRA, 2016).

Ademais, a partir das respostas de Dandara é possível observar que além do racismo, machismo e capacitismo, os aspectos de etarismo e classe social também interferem em sua experiência acadêmica, uma vez que o espaço universitário no Brasil ainda não é acessado por todos, configurando elitismo que prevalece jovens de classes média-alta (PINTO, 2004 & HERINGER, 2018). O etarismo é um conceito que aborda a discriminação, estereótipos e preconceitos que se fundamentam na idade de uma pessoa, sendo ela jovem



ou idosa. Semelhante ao racismo, capacitismo e ao sexismo, o etarismo classifica pessoas com base em uma característica intrínseca - no caso, a idade - e isso pode conduzir a tratamentos injustos, restrições em oportunidades, exclusão social ou outras formas de marginalização.

Tal preconceito pode impactar diversos fatores, bem como a inclusão e integração social, promoção e defesa de seus direitos humanos, e, conseqüentemente, o desenvolvimento do senso de autoaceitação (CHEHAB, 2022). Dentro do ambiente acadêmico, essa exclusão é ainda maior considerando as especificações de uma mulher negra com mais de 30 anos e deficiência visual, uma vez que não há promoção de oportunidades para que mais pessoas com essas características ocupem tal espaço. Além disso, pensando em ambientes acadêmicos pouco inclusivos, Dandara ainda enfrentou uma pandemia por Covid-19, continuando seu curso de graduação em Psicologia assistindo às aulas online e é importante destacar que este formato privilegia estudantes que não possuem deficiência visual e que tenham facilidade com dispositivos tecnológicos. Nesses termos, este foi mais um desafio superado de maneira admirável por Dandara ao longo de sua trajetória acadêmica.

Abdias Nascimento (2016) discute que as desigualdades raciais e sociais não permitem que grupos subalternizados cheguem em espaços de poder, desse modo, é possível concluir que a presença de Dandara em um ambiente acadêmico elitizado é atravessada por múltiplas desigualdades que se somam e dificultam sua experiência enquanto psicóloga em formação, contudo, é também uma forma de produzir conhecimento sobre sua realidade a fim de promover discussões que favoreçam a criação de políticas públicas ampliando esse acesso à educação de qualidade.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa refletimos, de forma interseccional e interdisciplinar, acerca das potencialidades na vida de uma mulher negra, com deficiência de baixa renda, não jovem, e graduanda em psicologia. Tal discussão nos conduz à reflexão acerca da importância das experiências de pessoas negras com deficiência visual como profissionais do campo das ciências humanas e das ciências sociais aplicadas. Mulheres negras com deficiência visual em lugares de construção do conhecimento científico abrem caminhos para o processo de descolonização na universidade, contribuindo fortemente para a elaboração de críticas e metacríticas ao paradigma ocidental. Assim, há a real possibilidade de oferecer modelos pluriversais que contemplem a diversidade por meio de seus saberes científicos, além de ameaçarem as dinâmicas de poder estabelecidas socialmente.

Outro elemento importante dessa discussão é a relevância da contribuição de mulheres negras com deficiência visual na academia, resistindo ao epistemicídio. Ou seja, o pensamento crítico e inovador de mulheres negras com deficiência na academia ajudará a romper com limitações coloniais que ainda se encontram nesses espaços. A invisibilização e o silenciamento de mulheres negras com deficiência na academia aponta que o epistemicídio pode ser entendido como a desqualificação do conhecimento produzido por pessoas subalternizadas, e consequentemente, tendo anulação dessas pessoas como humanas: “[...] não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes” (CARNEIRO, 2005: 97). O processo de colonização impôs a negação da existência de mulheres negras com deficiência visual como protagonistas em suas epistemologias.



Nesse sentido, o epistemicídio, capacitismo, racismo e machismo dificultam que o conhecimento científico seja construído por mulheres como Dandara, e com isso, toda a sociedade brasileira perde muito. Afinal, o conhecimento acadêmico também é perpassado pelas experiências dessas mulheres, seja através de suas potencialidades ou resistência às estruturas de opressão, mostrando como experienciar o mundo e construir ciência por meio dos sentidos que não sejam o da visão. Assim, o artigo também apresentou uma crítica ao capacitismo como noção de experiência universal a partir de um corpo padronizado (VENDRAMIN, 2019), uma vez que a construção de conhecimento não se desvincula das vivências pessoais da pessoa, e que não há apenas uma forma de existir e exercer intelectualidade.

Dandara faz parte do “corpo” discente de um curso de graduação em Psicologia. Fazendo uma analogia com este termo, entendemos que Dandara, uma mulher negra com deficiência visual, constrói seus saberes científicos a partir de sua corporeidade que é completa e repleta de sua ancestralidade africana. Na filosofia e psicologia africana, temos Oxalá, um dos mais importantes orixás, como divindade que protege as pessoas com deficiência (CHAVEIRO, 2024b). Sendo assim, o que é urgente acaba sendo a descolonização da universidade, esse espaço ainda neocolonial e que preserva a produção do modelo ocidental como hegemônico, para que as potencialidades de Dandara(s) sejam percebidas, validadas e valorizadas. Este processo já está em elaboração, segundo Dandara: *desde que cheguei, outros alunos com deficiência adentraram o curso de psicologia e com eles a universidade também tem entrado nos eixos*”.

Em uma sociedade colonialista, pautada pelo racismo, sexismo, cisheteronormatividade, xenofobia, capacitismo e desigualdade social como o Brasil, é necessário elaborar epistemologias que contemplem a pluriversidade de modo a contribuir com a elaboração de políticas públicas mediante uma



lente interseccional, a fim de identificar e compreender os impactos de opressões e privilégios no enfrentamento das violências (CHAVEIRO, 2020). Para isso, nesse artigo apresentamos duas epistemologias: Cosmopercepção e Interseccionalidade como modo mais completo e contextualizado de analisar as vivências de Dandara.

É imprescindível pensar as categorias de cosmopercepção e ancestralidade africana para compreender a complexidade de mulheres negras com deficiência visual em um território colonizado e eurocentrado, como é o Brasil. A partir de uma lógica afrocentrada da deficiência, entendemos que a colonialidade em uma sociedade capacitista tem limitações múltiplas por desconsiderar a imensidão e potência de mulheres negras com deficiência. Podemos perceber esse ponto na fala de Dandara: *“Geralmente, quem vê defeitos são as outras pessoas, principalmente se você não tem um poder aquisitivo alto”*. A ideologia da supremacia racial eurocêntrica traduz a deficiência como limitação, porém uma análise afrocentrada da realidade de mulheres negras com deficiência visual nos permite acessar a deficiência como condição existencial de potencialidade em que são possíveis novos sentidos para incorporar o invisível. Nas palavras de Dandara: *“ser uma mulher negra e PcD não é defeito, é uma honra porque quando você adota o que tem, vai ser para vida toda”*.

Falando sobre Psicologia, de forma mais específica, entendemos que se trata de um campo do conhecimento ainda limitado, alicerçado em abordagens estadunidenses, europeias e russas/soviéticas, as quais não acessam a complexidade da Psicologia Africana, Afrodiaspórica e Afro-indígena. Desse modo, esperamos que as informações e reflexões compartilhadas aqui incentivem a realização de novas análises sobre medidas contracoloniais para garantir a criação e efetivação de políticas públicas que abarquem variados aspectos ancestrais e interseccionais e, principalmente, permita mais acesso



às mulheres negras com deficiência visual a espaços de poder. Que isso possa ser feito sempre pensando na potência de seus saberes e habilidades. Este texto também possibilita fortalecer discussões sobre a saúde mental de mulheres negras com deficiência, elaborando estratégias de intervenção e acolhimento (CHAVEIRO, 2024a).

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte: Letramento, Justificando, 2018.

ASANTE, Molefi. Afrocentricidade: Notas sobre uma posição disciplinar. In: Nascimento, Elisa Larkin (org.). *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 93-110.

BEZERRA, Andreza Vidal; DE FARIAS, Adenize Queiroz; MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva. Estudos Interseccionais da Deficiência: Experiências Sexistas e Capacitistas Vivenciadas por uma Estudante Cega no Ensino Superior. *Rein-revista educação inclusiva*, v. 8, n. 2, p. 42-51, 2023.

CARNEIRO. Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese (Doutorado em educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-d-o-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>>. Acesso em 20 de 08 de 2023.

CHAVEIRO, Maylla Monnik Rodrigues de Sousa. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis, 2020.

CHAVEIRO, Maylla. M. R. de S. Interseccionalidade e sua pluralidade conceitual: um quadro comparativo entre autoras. *Revista Desenvolvimento Social*, [S. l.], v. 29, n. 2, p. 58–77, 2023. DOI: 10.46551/issn2179-6807v29n2p58-77. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/article/view/7121>. Acesso em: 31 jul. 2025.



CHAVEIRO, Maylla Monnik. *Psicologia africana e clínica afrocentrada: estratégias e ferramentas metodológicas*. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S. l.], v. 16, n. Edição Especial, 2023. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1590/1429>. Acesso em: 14 ago. 2025.

CHAVEIRO, Maylla Monnik. *Psicologia Clínica Africana: teoria e prática*. São Paulo: Editora Dialética, 2024a.

CHAVEIRO, Maylla. Interseccionalidade e pensamento contracolonial: reflexões para inclusão de pessoas com deficiência. *Revista Videre*, [S. l.], v. 16, n. 35, p. 87–106, 2024b. DOI: 10.30612/videre.v16i35.17544. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/videre/article/view/17544>. Acesso em: 25 jun. 2026.

CHEHAB, Isabelle Maria Campos Vasconcelos. O etarismo e as mulheres na América Latina: desafios e perspectivas. In: *Congresso Internacional de Direitos Humanos de Coimbra*. 2022.

COLLINS, Patricia Hill. 2019. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo Editorial.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Boitempo Editorial, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica. Boitempo Editorial, 2022.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, Chicago, p. 139-167, 1989.

_____. Documento para encontro de especialistas em Aspectos da Discriminação Racial relativos ao Gênero. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

EMICIDA. *Amarelo: o filme invisível*. 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas Ciências Sociais. *Revista Centro de Educação e Letras*, v. 10, n. 1, p. 41-62, 2008.



HERINGER, Rosana. Democratização da educação superior no Brasil: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, v. 19, n. 1, p. 7-17, 2018.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Editora Cobogó, 2020.

MASINI, Elcie Aparecida Fortes Salzano. *O perceber e o relacionar-se do deficiente visual: orientando professores especializados*. Brasília: CORDE, 1994.

MASINI, Elcie Aparecida Fortes Salzano. A experiência perceptiva é o solo do conhecimento de pessoas com e sem deficiências sensoriais. *Psicologia em Estudo*, v.8, n.1, p. 39-43, 2003. Elcie Aparecida Fortes Salzano

MELLO, Anahi Guedes.; NUERNBERG, Adriano H. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. *Revista Estudos Feministas*, v. 20, p. 635-655, 2012.

MELLO, Anahi Guedes de. Deficiência, Incapacidade e Vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, p. 3265-3276, 2016a.

MELLO, Anahi Guedes de & MOZZI, Gisele. A favor da deficiência nos estudos interseccionais de matriz feminista. In Henrique C. Nardi, Marcus Vinicius F. Rosa, Paula S. Machado & Raquel S. Lima (Orgs.), *Políticas públicas, relações de gênero, diversidade sexual e raça na perspectiva interseccional* (pp. 17-30). Secco Editora, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O Desafio do Conhecimento*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. 3ª ed. São Paulo: Perspectivas 2016.

OYĒWÙMÍ, Oyèrónké. *A Invenção das Mulheres: construindo um sentido Africano para os Discursos Ocidentais de Gênero*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PEREIRA, Michelle Melina Gleica Del Pino Nicolau et al. *Deficiência, raça e gênero: análise de indicadores educacionais brasileiros*. 2016.

PINTO, José Marcelino de Rezende. O acesso à educação superior no Brasil. *Educação & Sociedade*, v. 25, p. 727-756, 2004.



SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.

VENDRAMIN, Carla. Repensando mitos contemporâneos: o capacitismo. *Simpósio Internacional repensando mitos contemporâneos*, v. 2, p. 16-25, 2019.

Recebido em: 05/03/2024

Aprovado em: 01/04/2026